INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 01 DE 02 DE FEVEREIRO 2026

Institui ato com as estratégias para mitigação de conflitos de interesse do Serviço de Inspeção Municipal do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba - CISPAR/MG e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – CISPAR, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e consorciais, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na atuação do Serviço de Inspeção Municipal executado no âmbito do CISPAR, preservando a confiança pública e a integridade institucional;

CONSIDERANDO que o conflito de interesses, em suas formas real, potencial ou aparente, pode comprometer a imparcialidade do julgamento técnico e a isenção das decisões administrativas, exigindo diretrizes preventivas claras e mecanismos de controle;

CONSIDERANDO a importância de instituir procedimentos padronizados de identificação, comunicação e registro de situações que possam caracterizar conflito de interesses, inclusive por meio de declaração formal e atualização periódica pelos colaboradores envolvidos;

CONSIDERANDO que a segregação de funções, a transparência na divulgação de vínculos e a revisão periódica das práticas internas constituem medidas reconhecidas de governança e mitigação de riscos, fortalecendo a conformidade e a rastreabilidade dos atos do Serviço de Inspeção;

CONSIDERANDO que a inobservância das diretrizes de integridade e de prevenção de conflitos de interesses pode ensejar responsabilização administrativa e disciplinar, nos termos das normas internas do CISPAR e da legislação aplicável, sendo necessária a previsão expressa de consequências e providências cabíveis;

RESOLVE, estabelecer a seguinte instrução normativa:

Art. 1° - Fica aprovado o ato com as estratégias para mitigação de conflitos de interesse do Serviço de Inspeção CISPAR.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por conflito de interesses qualquer situação em que o julgamento profissional ou as ações de um colaborador possam ser influenciados por interesses pessoais ou externos, prejudicando a imparcialidade e a integridade da instituição.

Art. 3º Todos os colaboradores devem agir de forma a evitar situações que possam dar margem a conflitos de interesses, sejam eles reais, potenciais ou aparentes.

Art. 4º São estratégias para a mitigação de conflitos de interesses:

I. Declaração de Conflito de Interesses: Todos os colaboradores deverão preencher e manter atualizada uma declaração de conflitos de interesses, informando quaisquer relações, atividades ou interesses que possam gerar um conflito com as suas responsabilidades profissionais (Anexo I).
II. Segregação de Funções: As funções que possam gerar conflitos de interesses serão segregadas, quando possível, de forma a garantir que a tomada de decisões seja realizada de maneira imparcial e isenta.
III. Transparência e Divulgação: Qualquer situação que possa configurar um conflito de interesses deverá ser comunicada imediatamente ao superior hierárquico e registrada formalmente para avaliação e ação corretiva.

IV. Revisão Periódica: Os processos e políticas de mitigação de conflitos de interesses serão revisados periodicamente para assegurar sua eficácia e adequação às necessidades da instituição.

Art. 5º A inobservância das diretrizes estabelecidas nesta Instrução Normativa poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis, nos termos da Resolução 001/2026 do CISPAR e da legislação aplicável.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

gov.br
Documento assinado digitalmente
PEDRO ROGERIO PINHEIRO
Data: 02/02/2026 12:14:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Pedro Rogerio Pinheiro
Diretor Executivo

cispar
Consórcio Público Intermunicipal de
Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba

ANEXO I

Eu, _____, portador(a) do CPF _____, residente e domiciliado(a) em _____, atuando como _____ no Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de desenvolvimento sustentável do Alto Paranaíba, CISPAR/MG, venho, por meio desta, declarar a existência ou não de conflitos de interesses que possam influenciar o desempenho de minhas funções.

1. Interesses Pessoais: Possuo interesses pessoais, financeiros, profissionais ou familiares que possam, de forma direta ou indireta, influenciar minhas decisões ou ações no exercício de minhas funções?
   ( ) SIM
   ( ) NÃO

Se sim, especificar: _____
_____
_____

2. Relações com Terceiros: Tenho participação ou mantenho relações profissionais ou pessoais com terceiros (ex.: empresas, organizações, indivíduos) que possam gerar um conflito de interesses com minhas atividades no Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de desenvolvimento sustentável do Alto Paranaíba, CISPAR/MG?
   ( ) SIM
   ( ) NÃO

Se sim, especificar: _____
_____
_____

3. Atividades Externas: Exerço atividades externas (ex.: consultoria, trabalhos paralelos, participação em conselhos) que possam, de alguma forma, interferir na imparcialidade ou objetividade das minhas funções no Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de desenvolvimento sustentável do Alto Paranaíba, CISPAR/MG?

( ) SIM
( ) NÃO

Se sim, especificar: _____
_____
_____

4. Outras Situações Relevantes: Existe alguma outra situação que, na minha opinião, possa ser interpretada como um conflito de interesses?
   ( ) SIM
   ( ) NÃO

Se sim, especificar: _____
_____
_____

5. Compromisso: Declaro que todas as informações fornecidas acima são verdadeiras e completas, e que comunicarei prontamente ao Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de desenvolvimento sustentável do Alto Paranaíba, CISPAR/MG, qualquer alteração relevante que possa surgir. Estou ciente de que a omissão ou falsificação de informações poderá resultar em sanções disciplinares, conforme as políticas internas e a legislação vigente.

_____, _____ de _____de_____.

_____
[Nome Completo do Declarante]
[Cargo/Função]

A presente declaração possui caráter preventivo e informativo, não constituindo, por si só, reconhecimento de irregularidade ou infração disciplinar.